

CAROLINA MUNCK SCHAEFFER

A mudança do imaginário sobre o imigrante alemão dentro da sociedade brasileira: o uso social de uma concepção ideológica legitimando as ações de repressão do governo estadonovista dentro da sociedade juiz-forana

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Juiz de Fora – MG

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

CURSO DE HISTÓRIA

A mudança do imaginário sobre o imigrante alemão dentro da sociedade brasileira: o uso social de uma concepção ideológica legitimando as ações de repressão do governo estadonovista dentro da sociedade juiz-forana

Carolina Munck Schaeffer

Trabalho de Conclusão de curso elaborado sob a orientação da Prof^ª. Dr^º. Leandro Pereira Gonçalves, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em História

Juiz de Fora – MG

2019

À minha família, pelo apoio constante.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo verificar o impacto das políticas nacionalistas sobre a vida dos imigrantes alemães e seus descendentes, no governo de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo (1937-1945), sobre a sociedade brasileira, com enfoque em Juiz de Fora (MG). Busca-se compreender como ocorreu o processo de mudança na perspectiva que se tinha sobre o imigrante, principalmente o alemão, transformando-o em inimigo nacional, considerando essa mudança, parte indispensável para a disseminação do discurso nacionalista do Estado Novo. O surgimento dessa concepção do alemão e seus descendentes enquanto inimigos da integridade nacional foi elemento crucial para as medidas tomadas pelo governo, tanto na criação de leis que interferem demasiadamente no cotidiano dessas comunidades alemãs, como na promoção de ações de perseguição que impactam a realidade social desses indivíduos. Todas essas percepções são encaradas enquanto medidas possíveis apenas dentro de um governo autoritário que se utilizava da coação social para convencer os indivíduos de suas ideologias, como também, da propaganda controlada pelo Estado para veicular informações favoráveis ao seu discurso. A pesquisa buscará compreender todo esse processo a partir da análise do Processo Crime de 1939, referente a uma acusação ao Pastor Luterano Viktor Schwaner e sua esposa de estarem fazendo propagandas nazistas.

Palavras-chave: Estado novo. Imigrante. Política nacionalista. Juiz de Fora.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1 A CIDADE DE JUIZ DE FORA E OS IMIGRANTES ALEMÃES	7
2 A MUDANÇA NA PERSPECTIVA ACERCA DO IMIGRANTE DENTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA	14
3 O ESTADO NOVO E A INTENSIFICAÇÃO DAS MEDIDAS CONTRA OS IMIGRANTES ALEMÃES	20
CONCLUSÃO.....	32
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	34

INTRODUÇÃO

Refletir sobre a situação do imigrante na sociedade brasileira, é um viés de pesquisa importantíssimo visto a constituição própria do corpo social. Os imigrantes perpassaram a História de formação do Brasil e, em distintos momentos, compõem a Nação brasileira se tornando parte dela. Considerando que na Era Vargas ocorreu uma transformação de perspectivas acerca da vinda dos imigrantes, assim como, do estabelecimento deles no Brasil gerando uma nova legislação e estabelecendo novos debates sobre as (des)vantagens dos imigrantes para a sociedade brasileira, torna-se interessante pautar essa discussão e entender a força dessa nova reflexão ocorrida no campo político, de modo que ela tenha chegado à sociedade alterando as próprias perspectivas sociais com relação aos “estrangeiros”.

Inicialmente será delineado um pouco da história de Juiz de Fora entrelaçada à história da imigração alemã para a cidade. Pensando no desenvolvimento ocorrido no século XIX na região, nas principais personalidades da época, assim como, no momento propício para o estímulo da imigração para o Brasil, é estabelecida uma análise sobre a conjuntura da chegada dos germânicos na cidade, seu estabelecimento na colônia D. Pedro II, seu envolvimento com a sociedade juiz-forana e sua participação no desenvolvimento na cidade mineira.

Seguindo, será trabalhado os debates centrais sobre os estrangeiros no Brasil que acompanharam todo o século XX. Serão mostradas as transformações que ocorreram na perspectiva acerca do imigrante dentro da sociedade brasileira, assim como, seu papel na composição dessa sociedade. Essa parte buscará esclarecer os antecedentes do Estado Novo (1937-1945) que possibilitaram as políticas nacionalistas estadonovistas e as ações repressivas durante o governo ditatorial de Vargas.

Finalizando será intenção da pesquisa ancorar as discussões sobre os imigrantes dentro das perspectivas do Estado Novo, ditadura instaurada por Getúlio Vargas. Será feita uma análise acerca da presença do germanismo e do nazismo na formulação das ideias que compõem a noção de “inimigo comum à Pátria”, centralizada na figura do imigrante alemão, como também uma análise sobre a força da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, como acontecimento legitimador das ações de perseguição. Como fonte central da análise, será estudado o Processo 4432, referente a acusação de que um pastor Luterano, Viktor Schwaner, e sua esposa, estariam fazendo propagandas para o Partido nazista. A ideia é perceber o envolvimento da população na acusação ao Pastor, assim como, ver a medidas tomadas pela polícia que dizem da repressão do período.

1 A CIDADE DE JUIZ DE FORA E OS IMIGRANTES ALEMÃES

O nascimento da cidade de Juiz de Fora é bem anterior ao seu desenvolvimento enquanto polo industrial. A partir da concessão de sesmarias pela Coroa Portuguesa, fazendas foram se estabelecendo às margens do rio Parahybuna, com a criação de gado e plantações de produtos agrícolas, dando início a formulação de povoados com igrejas e comércios, que margeavam o Caminho Novo da Estrada Real que cortava toda a região do Vale do Parahybuna. Antônio Dias Tostes, importante fazendeiro do Vale, que chegou na região em 1812, almejava a emancipação do município e seu desmembramento de Barbacena. Em 1850 uma Lei Provincial eleva a área a Município de Santo Antônio do Parahybuna, atual cidade de Juiz de Fora, com cerca de 1419 habitantes nesse período¹.

Também em 1850 há a assinatura da chamada “Lei de Terras” que abolia o sistema de doações que configuravam as sesmarias, e que vigorou no Brasil desde o período colonial. Com essa nova lei havia a reconfiguração do acesso à terra no Brasil, que agora passaria a ser através da compra. Essa condição de acesso ao mesmo tempo em que regulava as condições de propriedade, restringia o acesso à terra para a elite, que possuía dinheiro suficiente para comprar vastas regiões de terras dando condições para a ampliação dos chamados latifúndios, extensões de terra que em várias regiões pertenciam aos conhecidos “Barões do Café”. No mesmo ano há a proibição do Tráfico de Escravos no Atlântico, portanto, da entrada de novos escravizados no Brasil pela lei “Eusébio de Queiroz”. Essa medida, como uma resposta às pressões inglesas, encareceu o preço do escravo no Brasil e na região Sudeste, com o desenvolvimento das Fazendas de Café, há uma concentração da mão de obra escrava².

A proibição do tráfico de escravos indica para a elite cafeeira uma necessidade futura afinal o número de escravizados, agora, aumentaria de forma restrita, ou seja, somente a partir dos filhos dos escravizados já existente no Brasil. Essa questão, como também o encarecimento do escravo, e discussões que já se estabeleciam na época sobre desenvolvimento e progresso, indicavam para uma nova forma de obtenção da mão de obra. A imigração surge então como uma medida de suprir a falta provável de mão de obra escrava, assim como, para povoar regiões

¹ MAESTRINI, Alexandre Müller Hill. *Franz Hill – Diário de um Imigrante Alemão, Juiz de Fora*: Editar Editora Associada Ltda, 2018, p.77-79.

² *Ibidem*, p.77-80.

desabitadas e fundir-se à população participando do branqueamento e do desenvolvimento econômico-social da sociedade brasileira em formação³.

No vale do Parahybuna as fazendas se desenvolviam, e novas se formavam. A cidade vivenciava um grande crescimento populacional e econômico que a diferenciava no contexto nacional. Próxima ao Rio de Janeiro, e com grandes nomes da época, o Município de Santo Antônio do Parahybuna era uma importante região, com grandes riquezas provenientes do café, e com o desenvolvimento de um expressivo centro urbano. Visando facilitar o escoamento do café, Mariano Procópio Ferreira Lage, membro de uma elite próxima a D. Pedro II, consegue a permissão para a construção da estrada União e Indústria, iniciada em 1856 e inaugurada em 1861, ligando a cidade de Juiz de Fora (MG) à cidade de Petrópolis (RJ)⁴.

Mariano, um prestigioso fazendeiro, comerciante e engenheiro, inserido no círculo social da elite imperial, viajava em vários momentos para a Europa e para os Estados Unidos. Em resultado dessas viagens, conheceu as modernas estradas de rondagem. Essas estradas que interligavam pedras e cascalho⁵, um invento do escocês John Loudon McAdam, consistiam em um método de estabelecer caminhos mais fortes, duráveis e que suportassem os veículos terrestres que se desenvolviam no período. Com Mariano Procópio, Juiz de Fora recebeu a primeira rodovia macadamizada da América Latina que impactou o Brasil como um investimento ousado e inovador, e principalmente, a cidade mineira de Juiz de Fora, tanto por sua potencialidade técnica, quanto pelo conseqüente aumento populacional advindo da mão de obra necessária para a construção e funcionamento da Estrada⁶.

Esta configurou um importante passo para o desenvolvimento fabril na região possibilitado pelo acúmulo financeiro vindo do café, pela disponibilidade de mão de obra imigrante e pela proximidade da cidade com a Capital Federal, Rio de Janeiro⁷. Junto com a possibilidade de construção do novo empreendimento tecnológico no Decreto nº 1031, de 07 de agosto de 1852, é concedido a Mariano Procópio a exploração exclusiva da estrada, como também, a possibilidade de estabelecer na região uma colônia de imigrantes. Na cidade do

³ PEREIRA, Rodrigo; FERREIRA, Frederico Antonio. Estado, Luteranismo e Imigração no Brasil: para além da epopeia dos primeiros pastores alemães. *Fronteiras: Revista de História*, Dourados – MS, vol. 19, nº. 34, p.159-181, jul.-dez. 2017, p. 162.

⁴ CIMINO, Claudia Carvalho Gaspar. *História e Memória da Ferreira Guimarães em Juiz de Fora*. Juiz de Fora (MG): Funalfa, 2018, p. 57.

⁵ LISBOA, Jakeline Duque de Moraes. *Turnerschaft: Club Gymnastico Juiz de Fora (1909-1979)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011, p. 25.

⁶ CATÁLOGO UNIÃO E INDÚSTRIA. 2016. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/arquivos/uniao-e-industria-uma-estrada-para-o-futuro>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

⁷ VIEIRA, Bernardo da Silva. *A comunhão das artes e da natureza: as residências de Arthur Arcuri*. Juiz de Fora (MG), Funalfa, Ed. UFJF, 2016, p. 27-28.

Parahybuna foi construída então a sede da Companhia União e Indústria, em 1856, e no mesmo ano chegaram em Juiz de Fora os primeiros imigrantes contratados por Mariano. Esses imigrantes, configuravam profissionais especializados e estabeleciam-se a fim de formar a Colônia alemã D. Pedro II⁸.

A contratação desses alemães se fez através de agentes que eram encarregados do contrato desses imigrantes

A previsão, de acordo com o contrato assinado com a Repartição Geral das Terras Públicas, era que a Companhia contratasse em três anos cerca de 400 famílias, num total de duas mil pessoas. No primeiro ano, a partir de 1º julho de 1857, deveriam ser estabelecidas as cem primeiras famílias (aproximadamente 500 pessoas). Em dezembro de 1857, Mariano Procópio enviou um agente à Alemanha, que assinou um contrato com o Dr. F. Schmidt, encarregando-o de contratar os primeiros imigrantes. No entanto, um número maior de colonos foi engajado e enviado para Juiz de Fora entre os meses de abril e junho de 1858. (...). De acordo com o relato de Mariano Procópio, para dar início à Colônia Agrícola D. Pedro II, o agenciador Dr. Schmidt informou que enviaria 800 colonos, ao invés dos 500 previstos pelo contrato firmado com o Governo Imperial para o primeiro ano. Avisada com antecedência, a Companhia União e Indústria havia se preparado para receber os 300 imigrantes a mais, no entanto, Schmidt, mais uma vez, não cumpriu o acordo e, entre maio e o início do mês de agosto de 1858, remeteu 1173 alemães e tirolezes com destino ao Brasil, a bordo de cinco veleiros: Tell, Rhein, Gundela, Gessner e Osnabrück⁹.

No final de 1858 haviam se instalado em Juiz de Fora um total de cerca de 1193 colonos contratados pela Companhia União e Indústria a partir de um contrato assinado ainda nas terras germânicas. Esses colonos eram provenientes de variadas regiões das terras que compreendiam os povos germânicos dentre elas: Prússia, Hessen, Tirol, Baden, Baviera, Pomerânia, Wurttemberg e Saxônia¹⁰. Os imigrantes, vindos em cinco embarcações, desembarcaram no Rio de Janeiro, pegaram um trem até a Serra da Estrela, e de lá vieram a pé e em carroças até a cidade Mineira, passando por Petrópolis¹¹. Em Juiz de Fora a colônia existiu em uma ampla porção de terras compreendidas nos atuais bairros Borboleta, São Pedro e Fábrica. Os colonos foram estabelecidos em pequenos prazos divididos para os novos moradores da cidade. Nessas porções de terra os colonos construíam suas moradias e iniciavam o cultivo do solo¹².

Esses imigrantes posteriormente alocados na Colônia Agrícola tinham a função de abastecer o mercado interno produzindo produtos agrícolas para a cidade de Juiz de Fora. Após uma viagem cansativa e cheia de dificuldades, os colonos atravessaram a pé por seis dias até

⁸ COUTO, Rita de Cássia Lara. *São Pedro – o coração da colônia alemã de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, Editar Editora Associada Ltda, 2018, p. 17-22.

⁹ *Ibidem*, p. 23-24.

¹⁰ LISBOA, Jakeline Duque de Moraes. *Op. Cit.*, 2011, p. 28.

¹¹ COUTO, Rita de Cássia Lara. *Op. Cit.*, 2018, p.27-36.

¹² *Ibidem*, p. 51-53.

chegarem à cidade mineira onde não dispuseram de locais apropriados para recebê-los. Após um longo período onde permaneceram no antigo Morro da Gratidão, atual Morro da Glória, os colonos foram divididos nas áreas mencionadas, que na época eram chamadas de Colônia de cima (São Pedro), Colônia do meio (Borboleta) e Colônia de baixo (Fábrica). A Colônia localizada no atual bairro São Pedro seria a que efetivamente teria sido a produtora agrícola. A Colônia de baixo, também chamada *Villagem*, compreenderia os operários que trabalhariam mais diretamente com a Companhia União e Indústria. A Colônia do meio, onde hoje é o bairro Borboleta, teria surgido posteriormente a partir de uma iniciativa dos próprios germânicos¹³ que passavam pela região a caminho de seus trabalhos, e com o tempo, com a possibilidade de terras na metade do caminho, estabeleciam moradias e concretizavam a formação do bairro.

No entanto, a função de abastecimento interno do mercado juiz-forano não se mostrou próspera. Tanto pela demora em dividir os lotes e estabelecer de fato a Colônia, quanto porque as fazendas escravistas da região produziam seus próprios insumos e auto abasteciam-se, a colônia agrícola logo deu sinais de falência. Além disso, para a construção da estrada e para a manutenção da Companhia era necessária uma grande quantidade de mão de obra ocupando grande parte dos colonos, assim como, o centro urbano de Juiz de Fora, o comércio local e as fábricas que surgiam na cidade, possibilitadas pela circulação de pessoas e capital, necessitavam de trabalhadores e os imigrantes se apresentavam como possíveis empregados¹⁴.

Mesmo com a falência posterior da Companhia União Indústria, a ela é atribuída grande importância por ter trazido para a cidade uma grande oportunidade de crescimento e desenvolvimento. Os imigrantes trazidos por Mariano Procópio Ferreira Lage ocuparam importantes funções dentro da sociedade juiz-forana e foram cruciais no progresso da cidade

Após a falência da Companhia União e Indústria, devido à concorrência da Estrada de Ferro D. Pedro II, os imigrantes assumem um importante papel no processo de urbanização e industrialização da cidade, auxiliando decisivamente no desenvolvimento industrial, através de pequenas iniciativas fabris. No início da década de 1880, entre os estabelecimentos industriais existentes na cidade, cujos proprietários eram imigrantes, destacavam-se a Fábrica de Cerveja e Águas Minerais Poço Rico; Fábrica de Cervejas José Weiss; Fábrica de Máquinas; e Fundação Georg Francisco Grande; além do Curtume Krambeck, especializado na produção de couro e peles. Juiz de fora, cuja produção econômica despontava, iniciava desse modo, um desenvolvimento que a levaria a ser um centro industrial mineiro de destaque¹⁵.

Com o desenvolvimento da cidade, junto da sociedade brasileira e de outros imigrantes que formaram a sociedade juiz-forana, como italianos, Sírio-libaneses, portugueses e negros, os alemães foram ocupando o espaço social dessa cidade e se tornando parte importante no

¹³ LISBOA, Jakeline Duque de Moraes. *Op. Cit.*, 2011, p. 28-29.

¹⁴ *Ibidem*, p. 29.

¹⁵ CIMINO, Claudia Carvalho Gaspar. *Op. Cit.*, 2018, p.58.

desenvolvimento da região. Eles estabelecerem instituições de ajuda mútua, em que os grupos de imigrantes participavam auxiliando nas necessidades básicas, como também, construindo espaços de socialização. Algumas dessas importantes instituições que ajudaram os imigrantes durante seu estabelecimento e continuidade na cidade de Juiz de Fora encontraram resistências durante o Estado Novo e sua política de nacionalização. Algumas como o Culto Evangélico Alemão, filiado ao Sínodo Brasil Central, a Escola Alemã, vinculada à Igreja Luterana, o Jardim de Infância, a Sociedade de Senhoras, também vinculada à Igreja trabalhando para suprir necessidades da sociedade, a Sociedade Alemã de Beneficência de Juiz de Fora e o Kegel Clube Juiz de Fora, sociedade esportiva, durante o período estadonovista sofreram interferências do estado e se tornaram “perigosas” para os anseios do governo sendo fichadas e controladas pela polícia da época¹⁶.

A presença dos germânicos na cidade ficou marcada tanto pela influência no desenvolvimento urbano de Juiz de Fora, quanto na sua construção cultural. Junto de outros imigrantes, os alemães possibilitaram à cidade particularidades formadoras da identidade juiz-forana. Até hoje os bairros originados da Colônia alemã guardam aspectos físicos que identificam a presença dos antepassados germânicos na cidade. Também, várias cervejarias, curtumes, e outras atividades trabalhistas, foram fruto da presença germânica em Juiz de Fora e apesar de não existirem mais, fazem parte do desenvolvimento da cidade, assim como, da sua presença central no Estado de Minas Gerais, durante os séculos XIX e XX¹⁷.

Além dos aspectos econômicos da presença desses imigrantes na cidade mineira, os germânicos trouxeram consigo uma diversidade cultural que se fez presente na construção da cidade. Além de manterem seus valores e suas crenças oriundas das terras europeias os alemães conservaram aspectos de suas culturas que foram centrais para a continuidade de suas histórias na terra brasileira. Até os dias atuais, os bairros Borboleta e São Pedro, principalmente, mantêm viva a herança dos antepassados teutos ao preservarem instituições de conservação da cultura teuto-brasileira. No bairro Borboleta, a Associação Cultural e Recreativa Brasil – Alemanha (ACRBA), fundada em 1993, mantém aspectos ligados à cultura germânica, tanto com o Schmetterling Germanische Volkstanzgruppe (Grupo de Danças Folclóricas Alemãs Schmetterling), quanto com a Festa Alemã. A vontade de resgatar a herança teuta através de festas e conservações culturais teve início com a fundação do Centro Folclórico Teuto-Brasileiro de Juiz de Fora, em 1967, que fez seu primeiro evento em 1969 com um Festival de

¹⁶ RODRIGUES, Luiz Antônio Belleti. *Perseguição a estrangeiros em Juiz de Fora durante o Estado Novo: autoritarismo e repressão no contexto da Segunda Guerra Mundial*. 2017, p. 46-47.

¹⁷ LISBOA, Jakeline Duque de Moraes. *Op. Cit.*, 2011, p. 37-39.

Chope que foi repetido em 1972 e 1975. Em 1990 com necessidade de reformar a Igreja Católica central do bairro Borboleta há um incentivo de fomentar uma festa comunitária. O bairro então se organiza e reformulando a ideia dos Festivais de Chope instaura a Festa Alemã que a partir de 1993 passou a ser realizada pela ACRBA e não mais pelo Teuto¹⁸. Desde então ocorre todos os anos conservando tradições e costumes e apontando para a importância desses imigrantes na construção identitária desses bairros, assim como, da cidade¹⁹.

Ainda, mostrando o reconhecimento da importância destes imigrantes para a construção da história da cidade foi sancionado, em 6 de agosto de 2016, um Projeto de Lei elaborado pelo então vereador Vanderson Castelar (PT)²⁰. A Lei n.º 13.742²¹ reconhece o esforço da comunidade do bairro Borboleta em preservar a cultura teuto-brasileira e vivenciar essas tradições no dia a dia da comunidade. Além disso, a Festa Alemã também foi considerada um Patrimônio Cultural da cidade de Juiz de Fora com a Lei 12.621²², 9 de julho de 2012, declarando o evento como sendo de utilidade pública e viabilizando a conservação e preservação da atividade cultural a partir de então. Também, o Pão Alemão, tradicional entre os descendentes destes imigrantes, teve seu feitiço conservado ao longo do tempo como prática alimentar e cultural, e em 2010, foi considerado Bem Imaterial de Juiz de Fora sob o Decreto Municipal nº 10.232²³.

Como é possível perceber, a comunidade alemã que se estabeleceu em Juiz de Fora participou densamente no processo de construção da cidade e no desenvolvimento econômico da região. Os alemães viveram até o Estado Novo tendo reconhecido seu pertencimento à sociedade juiz-forana, e foram importantes atores na construção de fábricas, na participação da ampliação urbana da cidade e na formulação da cultura e social de Juiz de Fora, deixando marcas na sociedade que são vistas até os dias de hoje. Durante o período do Estado Novo encontraram algumas dificuldades que acirraram as relações sociais estabelecidas na sociedade desde o século XIX, e tensionaram o cotidiano dessas comunidades e de seus descendentes durante, principalmente, o período da Segunda Guerra Mundial. No entanto, mesmo que mais

¹⁸ STEPHAN, Luiz Antônio Caixeiro. *Chucrute Danças Chope e Determinação*. 2011, p. 83-98.

¹⁹ RODRIGUES, Luiz Antônio Belletti. *Op. Cit.*, 2017, p 48-49.

²⁰ ARMOND, Vivian. Projeto de Lei que reconhece o Borboleta como “bairro alemão” é sancionado pelo Executivo. *Diário Regional*. 2018. Disponível em: <<https://diarioregionaldigital.com.br/2018/08/07/projeto-de-lei-que-reconhece-o-borboleta-como-bairro-alemao-e-sancionado-pelo-executivo/>> Acesso em 05 nov. 2019.

²¹ DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA. 2018. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=63136>. Acesso em 05 nov. 2019.

²² DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA. 2018. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=17369>. Acesso em 05 nov. 2019.

²³ DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA. 2018. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=2182>. Acesso em 05 nov. 2019.

intensamente expressado no Estado Novo, debates em torno da figura do imigrante e do possível “perigo” deste para a construção da Nação brasileira foi um assunto que se estendeu ao longo de todo o século XX encontrando, na política autoritária do Estado Novo, espaço de atuação.

2 A MUDANÇA NA PERSPECTIVA ACERCA DO IMIGRANTE DENTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

A imigração para o Brasil, desde o Império, foi assunto privilegiado entre as elites intelectuais e políticas da época. Considerava-se a importância dos imigrantes em diversos aspectos elencados enquanto obstáculos para a entrada do Brasil no “rol” das nações desenvolvidas²⁴. Tanto para alavancar a produtividade nacional, já que os imigrantes eram visto como superiores no lidar com a terra, quanto para povoar regiões pouco ou nada ocupadas pelo governo brasileiro, regiões estas que criavam oportunidades para que outras nações ocupassem e conseqüentemente tomassem os territórios do Brasil. Além disso, havia outra preocupação que se tornou crucial na virada do século XIX para o século XX, o embranquecimento da população brasileira, e a criação de um “tipo brasileiro”²⁵.

Antes da independência brasileira, o Brasil teve algumas esparsas experiências com a alocação de imigrantes em algumas regiões do país como na Bahia (com alemães), no Rio de Janeiro (com Suíços) e no Rio Grande do Sul (com Açorianos). Todas as três experiências marcaram processos problemáticos que não efetivaram o fim esperado pelos seus idealizadores. No entanto, após 1822, foram reestabelecidas discussões e ações com sentido similar, pois havia uma grande área não ocupada de terras, principalmente nas regiões Sul do Brasil, que mantinham uma fronteira aberta com países como a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Essas terras, para que não surgissem conflitos, necessitavam da fiscalização e instalação efetiva do Brasil. Para isso, no entanto, era necessário um grande contingente populacional que pudesse se estabelecer na região, e produzir em suas terras, iniciando seu desenvolvimento²⁶. Foi nessa esfera de preocupações territoriais que se retornou a ideia de estabelecer nas regiões colônias de imigrantes, destinadas a cultivar, no modelo da pequena propriedade, pedaços de terras divididos e em sua maioria comprados pelos próprios imigrantes e estabelecer nelas um domínio pelo governo brasileiro.

Porém, foi após 1850, com a elaboração da Lei de Terras que facilitou o acesso dos imigrantes a terrenos para vivência e produtividade houve um aumento na vinda de imigrantes para o Brasil. Além disso, foi também neste ano que foi promulgada a lei de proibição do tráfico de escravos levando as discussões acerca da substituição da mão de obra escrava a patamares

²⁴ DREHER, Martin N. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 1984, p. 29-31.

²⁵ SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996. p. 52.

²⁶ *Ibidem*, p. 44.

mais elevados²⁷. Se até aqui já havia entre alguns intelectuais e políticos a discussão do atraso que o modelo escravista representava para a nação brasileira, quando se comparava está com as nações europeias, com relação a proibição do tráfico de escravos no Atlântico, a dimensão até então moral, atingia a esfera econômica e passava-se a refletir sobre os impactos financeiros que tal mudança poderia ocasionar ao Brasil caso o mesmo não estivesse preparado para substituir futuramente a mão de obra escrava que tenderia a acabar²⁸.

Além da necessidade legal que dizia de um fim inevitável da escravidão havia a ideia de que o país para se tornar uma nação desenvolvida, quando comparada às nações europeias, deveria substituir a mão de obra escrava pela mão de obra livre. Aqui, outras discussões pautariam o debate da época. Se para a escravidão o negro era “naturalmente apto”, como pensavam, para o trabalho livre ele seria considerado incapaz por não se adaptar a um trabalho independente²⁹. Por isso, vinculado à noção de fim do tráfico, veio à ideia de substituir o negro escravizado pelo imigrante europeu livre. Este, considerado mais acostumado a esse modelo produtivo, portanto, mais capaz de elevar a produtividade do Brasil e empreender para o desenvolvimento do país.

Além da considerada superior capacidade no trabalho livre, estabeleceu-se uma discussão paralela que dizia da necessidade de tornar a população brasileira branca. As teorias racistas do embranquecimento, associadas ao cientificismo do final do século XIX, estabeleceram discussões sobre formas de se conseguir embranquecer o Brasil. Para tal, a miscigenação foi considerada o modelo ideal para se chegar ao objetivo. Acreditava-se que em três gerações a população negra desapareceria dando espaço a um Brasil branco. Neste espaço de discussões, o imigrante branco surge como uma possibilidade de “correção” do problema participando como elemento central do processo de miscigenação e na criação de um tipo “brasileiro”³⁰.

Logo, a fim de solucionar os diversos problemas considerados na época, optou-se pela colonização através de imigrantes provenientes da Europa. Quanto a escolha de quais europeus estabelecer a relação política da imigração havia a preocupação em estabelecer tal vínculo com os países que não possuíam colônias visto que os outros, como França e Inglaterra, poderiam significar um risco de perda dos territórios³¹. Assim, a partir das já consideradas superioridades

²⁷ SEYFERTH, Giralda. *Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo*. In: REPENSANDO o Estado Novo. Org. Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 200-201.

²⁸ SEYFERTH, Giralda. *Op. Cit.*, 1996. p. 44-45.

²⁹ *Ibidem*, p. 46.

³⁰ *Ibidem*, p. 48-49.

³¹ DREHER, Martin N. *Op. Cit.*, 1984, p.29.

desses imigrantes com relação a produtividade, e agora considerando a questão imperialistas dos países, vinculou-se a colonização a Alemanha, Suíça e Itália.

Em contrapartida, esses países na Europa enfrentavam problemas opostos dos brasileiros. Havia nos países europeus, devido à recente urbanização e industrialização, um excedente em mão de obra. Logo, a imigração para o Brasil significava reduzir a massa de trabalhadores necessitados nos países europeus, que por precariedade de vida, aumentavam a criminalidade³². Já a preferência por germânicos era ressaltada por vários intelectuais e políticos da época que os consideravam ordeiros, disciplinados e com grande capacidade para agricultura e para o artesanato³³.

Assim, ainda no Império várias colônias foram assentadas, em sua maioria de caráter homogêneo, sendo essa homogeneidade a presença massiva de imigrantes europeus, em sua maioria alemães e italianos, que conviviam entre si conservando seus costumes e as tradições dos seus países pela falta do elemento nacional³⁴. Essa imigração foi coordenada pelo próprio Estado através do envio de agentes que ofereciam aos imigrantes oportunidades de terra e trabalho³⁵. Esses imigrantes vinham, portanto, em busca de novas oportunidades de vida, visto que na Europa vivenciavam dificuldades sendo distribuídos no território nacional em zonas coloniais onde o elemento europeu se destacava enquanto desenvolvedor das recentes localidades.

Apesar da maioria dos intelectuais e políticos, até a década de 1930, manterem-se favoráveis à imigração dos europeus, e mesmo, dos germânicos, ainda no século XIX surgiram desconfianças relacionadas à formação dos agrupamentos homogêneos de imigrantes. Teóricos como Sílvio Romero, no início do século XX, publicaram textos assegurando o perigo das colônias alemãs enquanto locais estratégicos para um possível Imperialismo Alemão que poderia surgir nas colônias, principalmente do Sul, pois eram mais afastadas e menos integradas a sociedade brasileira, configurando movimentos separatistas que originariam espaços de domínio Alemão³⁶.

As regiões coloniais que tiveram um crescimento populacional alarmante desde a década de 1880 chamaram a atenção das autoridades, por seus isolamentos, e por seu crescimento econômico. Além disso, com a República iniciaram-se debates em torno da

³² PEREIRA, Márcio José. *Politizando o cotidiano: repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial*. 2010, p. 28-29.

³³ *Ibidem*, p.30.

³⁴ *Ibidem*, p.32.

³⁵ DREHER, Martin N. *Op. Cit.*, 1984, p.31.

³⁶ SEYFERTH, Giralda. *Op. Cit.*, 1999, p. 209-210.

formação do elemento nacional preconizando a assimilação dos imigrantes à nacionalidade brasileira que, enquanto brancos auxiliariam na miscigenação transformando a sociedade brasileira em uma sociedade branca, mas, estando no Brasil deveriam se dissociar de suas nacionalidades, atrelando-se aos costumes nacionais, e integrando-se completamente a sociedade brasileira³⁷.

É nesse momento que há o complexo paradoxo que se estabelece com relação a imigração. Se até aqui o imigrante alemão foi valorizado pela sua superioridade no trabalho e na ordem ,agora, seria desvalorizado pela sua dificuldade em se assimilar a sociedade brasileira. Além disso, é nesse momento que começam a considerar a forma com que o Império brasileiro conduziu a imigração formando as colônias homogêneas do Sul, um desastre para o futuro do Brasil, visto que claramente o aspecto isolado e uniforme das colônias tornaria a formulação de uma nação homogênea no aspecto nacional brasileiro, uma complicação³⁸.

Logo, aos imigrantes cabia a participação no processo de miscigenação, visto que possuíam a cor desejada, e a participação no crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil, visto que acreditavam serem eles mais bem qualificados ao trabalho livre. No entanto, não se esperava do imigrante uma contribuição cultural, visto que para os intelectuais da época, o Brasil já tinha sua cultura definida, assim como, sua religião oficial e sua língua nacional³⁹. Logo, se estes imigrantes se recusavam a tornarem-se culturalmente latinos, prendendo-se às suas tradições, não havia serventia na continuação desse modelo colonizador.

O papel do imigrante, portanto, está bem definido – concorrer para a formação de um tipo brasileiro, elemento da unidade nacional (...). Trata-se de uma construção racial – clarear a pele do brasileiro do futuro, pelo menos – pois a nacionalidade já tem sua cultura, sua língua e sua religião. Na concepção de Romero a nação brasileira do futuro deve ser uma civilização latina e branca, o que implica na assimilação dos imigrantes à formação lusitana do País. Assim, as políticas de imigração e colonização deviam estar voltadas para as gentes latinas – da Espanha, Portugal, Itália. Alemães irredutíveis à assimilação podiam ser bons para colonizar, mas consistiam ameaça à nacionalidade. (SEYFERTH, 1996, p.51).

Ou seja, neste momento ocorre uma mudança na hierarquização de quais imigrantes seriam interessantes na constituição da nação; se antes os alemães foram enaltecidos pela desenvoltura econômica que poderiam fornecer à nação brasileira, agora, os imigrantes brancos, de origem latina, portanto, mais semelhantes culturalmente ao Brasil, seriam valorizados em comparação com os germânicos⁴⁰ por não oferecerem riscos ao novo projeto de constituição de um modelo de ser brasileiro. A partir de 1930 as preocupações relativas a assimilação desse

³⁷ PEREIRA, Márcio José. *Op. Cit.*, 2010, p. 35.

³⁸ SEYFERTH, Giralda. *Op. Cit.*, 1996, p. 48-49.

³⁹ *Ibidem*, p. 50-51.

⁴⁰ *Ibidem*, p.53.

imigrantes são aprofundadas e surge uma política, principalmente a partir de 1937, realmente empenhada em assimilá-los, a qualquer custo, à nação brasileira⁴¹.

Com a instauração do Estado Novo, sob o governo de Getúlio Vargas, a partir de um golpe de Estado em novembro de 1937, inicia-se na sociedade e na política brasileiras uma transformação dos ideais que norteariam a construção e desenvolvimento do Brasil. A partir de vários decretos-leis, Vargas estabeleceu transformações na vida dos imigrantes e seus descendentes atuando sob uma perspectiva de vigilância da vivência cotidiana desse grupo social. Principalmente os alemães e os japoneses sofreram as interferências e perseguições dessas medidas nacionalizantes visto que eram encarados enquanto grupo de difícil assimilação. Tornava-se necessário, neste período, a transformação de todos em brasileiros⁴².

Os alemães, aqui em uma análise central, constituíam um grupo denso formando o quarto maior grupo populacional de imigrantes no Brasil⁴³, que conservavam seus costumes na nova terra, sendo valorizados inclusive pela elite brasileira, afinal, não vieram para o Brasil a fim de auxiliar no desenvolvimento do país? Nesse sentido, os alemães são conhecidos pela manutenção de sua etnicidade que foi favorecida pelo isolamento inicial das colônias. As organizações que foram surgindo nas colônias sem uma inicial perspectiva étnica para preencher as necessidades sociais da colônia, como escolas, instituições comunitárias e até mesmo igrejas, foram, com o tempo assumindo uma germanidade (*Deutschtum*). Essa germanidade, associada a ideia de pertencimento à Alemanha, pautado no direito pelo sangue, em vários momentos no Brasil, encontrou resistência por parte da sociedade brasileira⁴⁴.

Se para os teuto-brasileiros era natural associarem-se a Alemanha pelo sangue, e ao Brasil pelo trabalho, para a nova dimensão de nacionalismo que se instaurava no Brasil isso significava um problema. Enquanto os alemães entendiam-se brasileiros, nos direitos sociais e na cidadania, e alemães, na manutenção dos costumes e tradições, para o novo governo, constituía-se brasileiro aquele que cultivasse as tradições e costumes da nação brasileira e abandonasse sua cultura-mãe⁴⁵. Até o período estado-novista, a manutenção dos costumes germânicos tinha sido aceita, e se não aceita, tolerada, pela maior parte dos políticos da época. No entanto, o Estado Novo inaugura uma nova forma de perceber a sociedade brasileira e de conceber o “ser brasileiro” dentro dessa sociedade.

⁴¹ RODRIGUES, Luiz Antônio Belleti. *Op. Cit.*, 2017, p. 31-32.

⁴² *Idem.*

⁴³ *Idem.*

⁴⁴ SEYFERTH, Giralda. *Op. Cit.*, 1999, p. 204.

⁴⁵ PEREIRA, Márcio José. *Op. Cit.*, 2010, p. 56.

Além disso, é no governo Vargas anteriormente ao Estado Novo que é fundamentada uma concepção de que os estrangeiros traziam para dentro do Brasil concepções ideológicas contrárias à soberania nacional. Logo, além da perseguição que seria engendrada relacionada a etnicidade e a formação do brasileiro havia uma perseguição ideológica que relacionaria os imigrantes a ideologias externas prejudiciais para o regime, como o anarquismo, o comunismo e posteriormente o fascismo e o nazismo⁴⁶.

⁴⁶ RODRIGUES, Luiz Antônio Belleti. *Op.Cit.*, 2017, p.33.

3 O ESTADO NOVO E A INTENSIFICAÇÃO DAS MEDIDAS CONTRA OS IMIGRANTES ALEMÃES

Em 10 de novembro de 1937 inaugurava-se uma nova fase do longo período consagrado pela historiografia como Era Vargas. O Estado Novo (1937-1945) pode ser entendido como o período de maior autoritarismo do governo de Getúlio Vargas. Houve uma forte centralização dos poderes no Executivo e as ações autoritárias ultrapassaram a dimensão estatal e política atingindo plenamente a vida social⁴⁷. Além de autoritário, o governo estadonovista conserva em si um dos períodos mais contraditório da história brasileira, no qual o Estado e a sociedade vivenciaram uma relação dúbia compreendida de encontros e desencontros.

A historiografia sobre o Estado Novo compreendeu-o de diferentes maneiras tanto por causa das distintas épocas em que foi produzida, como também, por causa das novas possibilidades de fontes e perspectivas geradas a partir de 1980, período no qual o Brasil viveu sua mais recente redemocratização. Revisões importantes foram feitas, e depois do período da Ditadura Civil-Militar brasileira, os historiadores buscaram compreender a origem do autoritarismo brasileiro, revisitando o período do Estado Novo e produzindo novas possibilidades de análises. A própria dimensão do social dentro da ditadura estadonovista foi sendo modificada ao longo do tempo e importantes historiadores como Angela de Castro Gomes com seu livro *“A invenção do trabalhismo”*, 1988, inauguraram interpretações sobre a sociedade dentro do Estado Novo possibilitando entender uma complexa relação entre a sociedade e o Estado⁴⁸.

Inserido em um contexto social de relativização do liberalismo econômico, o Estado Novo surgiu como mais um dentre os vários governos autoritários que ascenderam ao poder neste período. Esses governos pretendiam maior controle das massas a fim de evitar a eclosão de ideologias socialistas, assim como, a elaboração de projetos condutores da Nação a fim de estabelecerem uma conformação de cidadania, como também, de identidade coletiva⁴⁹. Instaurado por um Golpe de Estado, o novo governo preocupou-se em estabelecer sua

⁴⁷ *Ibidem*, p.20.

⁴⁸ RODRIGUES, Luiz Antônio Belleti. *Op.Cit.*, 2017, p.20-22.

⁴⁹ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.109-110.

legitimidade perante a sociedade fortalecendo os meios de comunicação, controlados pelo Estado, assim como, definindo e perseguindo os opositores deste Estado⁵⁰.

A fim de construir essa identidade coletiva, o Estado investiu densamente em propaganda e cultura. Financiando a cultura, o Estado entendia-a enquanto fator político crucial na divulgação de suas doutrinas. Claro que os intelectuais que apoiavam o Estado Novo não o faziam por serem meramente controlados pelo governo. Na verdade, muitos artistas acreditavam nas medidas tomadas pelo regime e entendiam que este era o caminho certo para atingir o progresso tão almejado pelos brasileiros. No cinema, na arte, na música, na arquitetura e no rádio, o governo estadonovista tinha apoiadores que através de suas fontes artísticas difundiam sua mensagem⁵¹. Na propaganda, o governo criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) responsável por regular e controlar as informações destinadas à sociedade fiscalizando músicas, jornais, filmes etc. A esse órgão cabia a responsabilidade de anular a crítica e de dirigir o pensamento social⁵². Assim, com a propagação de sua ideologia tanto na propaganda quanto nos meios culturais, o Estado Novo foi ganhando reconhecimento social.

Outra medida crucial na legitimação do seu regime foi a criação de uma legislação trabalhista. Mesmo sendo o resultado de uma pressão popular que almejava sua efetivação, a consagração das Leis Trabalhistas criaram dentro da sociedade a ideia de que Getúlio Vargas era um líder generoso que concedeu as exigências sociais. Nesse sentido, junto da difusão ideológica do governo na propaganda e na cultura, a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), promulgada em 1942, sintetizava o conjunto de conquistas efetivadas nos anos do Estado Novo que possibilitaram uma aliança entre a sociedade trabalhadora e o Estado⁵³.

Logo, apoiando-se em um articulado projeto político-ideológico, o governo estadonovista conseguiu conquistar a sociedade a fim de que ela compreendesse seu discurso e defendesse sua ideologia. Assim, aqueles que eram contrários a esse modelo político foram enquadrados enquanto inimigos do Estado. Também, aqueles que não se adequavam às exigências desse governo eram incorporados ao grupo dos indesejáveis do regime. Então, tornaram-se preocupações do Estado tanto defesas ideológicas contrárias a ele (como o Comunismo e o Integralismo), quanto, grupos sociais que simbolizavam resistências aos seus projetos de unidade nacional.

⁵⁰ *Ibidem*, p.117-118.

⁵¹ *Ibidem*, p.122-130.

⁵² *Ibidem*, p. 127.

⁵³ *Ibidem*, p.120-121.

Visto que depois de 1935, com a derrota da Intentona Comunista, esse grupo político foi controlado através da repressão do Estado perdendo sua esfera central, outros grupos passaram a deter uma maior atenção do governo⁵⁴. O imigrante que já vinha sendo desclassificado enquanto elemento construtor da Nação, com o estabelecimento do novo governo de 1937, sua transformação em inimigo nacional foi sendo cada vez mais fundamentada sob a perspectiva da nacionalização dos estrangeiros.

É neste momento que as ideias sobre a assimilação dos imigrantes já existentes no Brasil ganham corpo enquanto política de Estado. Sob uma perspectiva de que os imigrantes significavam uma ameaça à unidade nacional e à consagração de uma identidade brasileira, estabeleceu-se neste governo um conjunto de leis restritivas que indicavam para a sociedade qual era o principal elemento indesejado. Os imigrantes precisavam ser transformados em brasileiros caso contrário, representavam uma ameaça aos projetos do governo. Para isso, vários decretos foram escritos com a prerrogativa de coibir as manifestações culturais desses imigrantes referentes aos seus países de origem⁵⁵.

Se até o ano de 1937 apenas doze decretos haviam sido elaborados tangenciando o tema da imigração desde 1915, durante o Estado Novo, de 1938 a 1939, ou seja, em apenas dois anos, o governo lançou mais de 20 decretos que tratavam do tema dos estrangeiros⁵⁶. Esses decretos significavam a restrição de direitos desses imigrantes e seus descendentes, assim como, uma repressão destes indivíduos legalizada pelo Estado. O grande volume de decretos em um curto período indica a preocupação que o governo estadonovista tinha em relação aos imigrantes e como esse regime estabeleceu-os enquanto inimigos do Estado.

Nesse sentido, os imigrantes alemães, assim como os japoneses, foram os principais afetados pelos decretos. Ambos representavam grupos sociais considerados resistentes à assimilação. Os alemães, que são o foco central dessa pesquisa, configuravam um grupo denso e coeso, vivendo em colônias e mantendo tradições, culturas e idioma ainda vivos dentro de suas regiões, principalmente os que viviam nos estados do Sul do Brasil. Mesmo que as discussões sobre a assimilação destes imigrantes tivessem se iniciado antes da instauração do Estado Novo, a partir de 1937 ocorre um adensamento das pretensões das políticas nacionalistas que pode ser visto inclusive no grande número de decretos que relacionam o tema do imigrante,

⁵⁴ PEREIRA, Márcio José. *Op. Cit.*, 2010, p.78-79.

⁵⁵ RODRIGUES, Luiz Antônio Belleti. *Op.Cit.*, 2017, p.31-34.

⁵⁶ KOIFMAN, Fábio. *O imigrante ideal*. O ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 2012. p.158.

o que representou para os alemães e seus descendentes um período turbulento para a existência étnica teuto-brasileira⁵⁷.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, 1939, as questões referentes a nacionalização dos estrangeiros e sua periculosidade para os projetos de construção de uma Nação, ganham outra amplitude. Com a Guerra o Brasil busca afirmar uma postura de neutralidade diante do conflito. Nem ao lado dos Aliados (Estados Unidos, Inglaterra e França) nem ao lado do Eixo (Alemanha, Japão e Itália), o Brasil tentava formular uma estratégia própria em que mantinha acordos com países de ambos os lados.

Se inicialmente a postura ideológica do Estado Novo induzia a uma aproximação com os países do Eixo, as pressões econômicas vindas dos Estados Unidos e o torpedeamento de navios brasileiros, na costa brasileira, pela marinha alemã, romperam a neutralidade do Brasil, e a pedido da própria população, Vargas declarou guerra ao Eixo colocando toda a Nação em Estado de Guerra em agosto de 1942 criando uma nova realidade social entre os imigrantes alemães e seus descendentes e a sociedade brasileira⁵⁸.

De perigo étnico à perigo ideológico e militar, os alemães passaram a ser mais controlados e fiscalizados pelos aparelhos repressores do Estado⁵⁹. A situação gerada pela Guerra legitimou as ações anteriores do governo contra os imigrantes e gerou na sociedade a necessidade de participar do processo de proteção do país contra as ameaças internas. Se até aqui o perigo dos “indesejáveis” era o risco que eles simbolizavam para os projetos de integridade nacional do governo Vargas por causa da suposta “resistência à assimilação” desses grupos à sociedade brasileira, a partir de 1942, o perigo que os imigrantes vindos dos países do Eixo passam a representar foi uma ameaça enquanto “espiões”, também chamados de “Quinta-Coluna” pelos jornais e políticos da época, e de auxiliares de seus países de origem no embate contra o Brasil.

A declaração de guerra representou um corte radical na vida de muitas pessoas que viviam aqui há muitos anos. Os idiomas destes países foram definitivamente proibidos de serem falados, e as pessoas passaram a ser “súditos do eixo”. A expressão “Quinta-Coluna”, que nomeava os espiões e sabotadores, era usada para humilhar os estrangeiros.⁶⁰

Com a atribuição social e governamental dada ao imigrante enquanto inimigo de guerra da sociedade brasileira houve uma transformação nas relações entre a sociedade e estes estrangeiros. A Segunda Guerra Mundial cria dentro da sociedade brasileira, a partir da

⁵⁷ PEREIRA, Márcio José. *Op. Cit.*, 2010, p.62.

⁵⁸ RODRIGUES, Luiz Antônio Belletti. *Op.Cit.*, 2017, p.36-38.

⁵⁹ PEREIRA, Márcio José. *Op. Cit.*, 2010, p.75-76.

⁶⁰ RODRIGUES, Luiz Antônio Belletti. *Op.Cit.*, 2017, p.39.

veiculação de informações sobre a guerra, como também, a partir das restrições ao longo do período da guerra, um “front interno” capaz de gerar na sociedade o medo e a aversão ao externo que era a causa das mudanças sociais.

Nesse sentido, em muitas cidades, principalmente ao Sul do país onde havia o maior número de germânicos, mas também nas colônias estabelecidas em cidades mais centrais, houve o racionamento de alimentos, combustíveis e artefatos que indicavam para a sociedade a ocorrência da Guerra na Europa⁶¹. Esses racionamentos tinham a pretensão de gerarem na sociedade o sentimento de privações e perdas por causa dos países aos quais o Brasil estava em Guerra. Márcio José Pereira, 2010, em sua dissertação sobre os alemães em Curitiba durante o Estado Novo, traz várias narrativas sobre os racionamentos deste período, assim como, sobre o que ele chama de “exercícios de blecaute” que mobilizavam a sociedade em prol da Guerra e mantinham os indivíduos em constante alarme. Segundo o autor, as faltas geravam um impacto no cotidiano das pessoas atingindo todas as classes sociais; também, a mídia mobilizando os assuntos sobre a guerra geravam uma constante preocupação no meio social sobre os perigos da guerra e seus impactos reais sobre o Brasil, visto que mantinham as pessoas alertas sobre a possibilidade de aviões inimigos atacarem o Brasil. Também, o autor destaca os órgãos criados pelo governo que mobilizavam a sociedade perante as necessidades do Estado para com a Guerra e seus projetos políticos, como a Liga de Defesa Nacional (LDN) e o Comitê de defesa Passiva Anti-Aérea⁶². Todas essas ações segundo Pereira, 2010, coadunaram para manter a população alinhada aos pensamentos do Estado Novo, assim como, tornar esses indivíduos participantes da Guerra contra o Eixo

A criação de um “front-interno” ou de um sentimento de guerra fazia-se necessária para que ocorresse um alinhamento entre a população e o governo. Era preciso manipular a massa – dos operários aos patrões – de forma que aceitasse e contribuísse com as ações que o governo tomara diante da Segunda Guerra Mundial; afinal, o Brasil alinhara-se contra os regimes ditatoriais e fascistas em nome de um poder democrático. Mas como fazer as pessoas acreditarem nisso ao executar no país um governo autoritário, dito ditatorial?⁶³

Mostrando a força da imprensa e a mudança da relação com o imigrante alemão nas próprias notícias de periódicos da época, o historiador Luiz Antonio Belletti Rodrigues, 2017, em sua dissertação de mestrado sobre os imigrantes em Juiz de Fora durante o Estado Novo, mostra através de exemplos de reportagens como ocorrem o que ele chama de “ondas” de assuntos determinados na imprensa com uma finalidade específica, que quando atingida muda-

⁶¹ PEREIRA, Márcio José. *Op. Cit.*, 2010, p. 93.

⁶² *Ibidem*, p. 93-138.

⁶³ PEREIRA, Márcio José. *Op. Cit.*, 2010, p. 93-94.

se para outro objetivo, ou seja, outro assunto com outra finalidade⁶⁴. O autor selecionou diversas reportagens que dizem dos imigrantes em Juiz de Fora nos periódicos *Diário Mercantil* e *Diário da Tarde*, jornais de grande circulação na região durante este período. Também, outras reportagens de outras regiões foram utilizadas a fim de estabelecer uma comparação e uma amplificação das discussões, mostrando que o que estava acontecendo nos jornais da cidade de Juiz de Fora também era possível de ser identificado em outras regiões do país.

Nas reportagens catalogadas pelo autor é mostrado como há uma variação nos temas das reportagens que refletiam as ocorrências na política da época, assim como, na relação do governo brasileiro com a guerra. Rodrigues, 2017, mostra como as reportagens que mobilizam a questão do nazismo se concentram nos anos de 1939/1940 assim como, as notícias referentes a nacionalização e assimilação desses estrangeiros, demonstrando uma preocupação com a unicidade nacional e a formação do brasileiro; estas começam a ser reduzidas no ano seguinte e dando espaço a outras discussões sobre os imigrantes em 1942, as quais o autor chama de “nova onda de notícia”⁶⁵ que seria o tratamento do imigrante enquanto inimigo definitivo do país, e uma ameaça real à população. O autor destaca com as reportagens que utiliza de exemplo, que mesmo que o episódio do torpedeamento dos navios na costa brasileira ainda não tivesse sido efetivado, as notícias já davam indícios de como a postura com relação ao imigrante havia mudado, principalmente por conta dos decretos determinados pelo governo e das ordens de ação estabelecidas pela polícia da cidade. Ambos refletiam na atuação da sociedade que passava a denunciar os imigrantes e a exigir o fechamento de instituições estrangeiras⁶⁶.

Seguindo, o historiador trabalha novas reportagens que mostram a repercussão do torpedeamento dos navios para o acirramento das relações que já se mostravam tensas entre a sociedade juiz-forana, e brasileira, com os imigrantes oriundos de países do Eixo. A partir das reportagens é possível ver como as pessoas se envolveram nas discussões da guerra e promoveram manifestações populares em todo o Brasil, cujas de Juiz de Fora foram chamadas de “Comício Monstro”, reivindicando a entrada do Brasil na Guerra e ações do governo e da polícia contra os chamados “quinta-coluna”⁶⁷. Com a declaração de guerra e a instituição do Estado de Guerra, as coisas mudam para toda a sociedade e isso é tratado nas notícias. Após o êxtase da entrada do Brasil na Guerra as notícias começam a reduzir, as “ondas” vão se findando e segundo Rodrigues, 2017, apenas as consequências do turbulento período que impactou as

⁶⁴ RODRIGUES, Luiz Antônio Belleti. *Op.Cit.*, 2017, p.52.

⁶⁵ *Ibidem*, p.59.

⁶⁶ *Ibidem*, p.52-67.

⁶⁷ *Ibidem*, p.86-89.

relações sociais entre brasileiros e estrangeiros permanecem. Com o indicado fim da guerra e a percepção da derrota alemã, há uma mudança nas notícias que, a partir de 1944 e 1945, com o fim da guerra, noticiam as qualidades dos imigrantes e suas vantagens para o país. As restrições contra a entrada de imigrantes são revogadas e com o fim do governo Vargas novas questões sobre a imigração passam a ser debatidas sem a negatividade do período anterior⁶⁸.

Com a análise feita pelo historiador sobre Juiz de Fora tangenciando discussões dos jornais da época em todo o Brasil, é possível ver que o “front interno” causado pelo medo, pelas restrições de produtos e pela circulação de notícias contrárias aos imigrantes, dando legitimidade aos discursos do governo de que os estrangeiros “indesejáveis” eram perigosos à sociedade, fomentaram dentro da realidade social dos sujeitos da época uma transformação nas relações sociais, possibilitando as denúncias contra os imigrantes e seus descendentes, assim como, ações violentas contra o chamados “súditos do “Eixo”.

É nessa percepção que a presente pesquisa pretende analisar o Processo Crime contra o Pastor Luterano Viktor Schwaner e sua esposa Annelise Schwaner. O Processo, presente no Arquivo Público de Juiz de Fora, na caixa “Crimes contra a existência política da República”, possui 119 páginas e é catalogado com o número 4432, tendo sido autuado em 23 de julho de 1942. O Processo tem sua relevância de análise pela importância do Pastor Luterano dentro da sociedade juiz-forana da época, e principalmente, dentro da chamada Colônia Alemã existente na cidade, nos atuais bairros São Pedro, Borboleta e parte do bairro Fábrica. Também, sua relevância se dá pelo período em que ocorreu, pela rápida execução dos interrogatórios e da sentença e por demonstrar a ação da população em acordo com o discurso oficial do governo.

O Pastor Viktor Schwaner e sua esposa foram acusados em 12 de fevereiro de 1942 de fazerem propagando em favor do Partido Nacional Socialista Alemão. Com o pastor, inicialmente cinco pessoas foram convocadas para serem ouvidas na delegacia, quatro destes eram de nacionalidade alemã, e apenas um de nacionalidade brasileira. Nos depoimentos consta a informação da existência do Partido Nacional Socialista em Juiz de Fora, entre os anos de 1934 e 1937, que segundo Herman Zahn, testemunha, foi fechado pelo decreto do Governo Federal. Que durante sua existência, Herman Luipold, o Pastor Viktor Schwaner e ele, Herman Zahn, haviam sido presidentes do Partido. Também consta que havia uma orientação do partido de que filhos de alemães fossem à Alemanha aprender um ofício, financiados pela Frente do Trabalho alemã, e depois voltassem ao Brasil. Ele informa que de Juiz de Fora apenas um jovem foi enviado, filho de Alfredo Möller, Paulo Edmundo Möller, em 1937, estando ainda na

⁶⁸ *Ibidem*, p.89-96.

Alemanha por causa do início da Segunda Guerra Mundial, que impediu seu retorno. Também, no mesmo depoimento, a testemunha menciona a Escola Alemã, vinculada a Igreja Luterana Alemã de Juiz de Fora, assim como, a Juventude Jungschar, organização vinculada a escola, para o ensino de Educação Física. Ele diz que ambas as Instituições foram fechadas a partir das medidas tomadas pelo Governo Brasileiro⁶⁹.

O Partido Socialista Alemão, assim como outros partidos e Instituições Políticas não vinculadas ao Estado Novo, foram dissolvidos pelo Decreto-Lei nº 37, de 02 de dezembro de 1937. De uma forma específica, o Decreto-Lei nº 383 de 18 de abril de 1938, complementa o anterior ao proibir aos estrangeiros fixados no país o exercício de qualquer atividade política ou a participação, de forma direta ou não, em atividades públicas do Brasil. Ou seja, aos imigrantes estava vetado qualquer tipo de manifestação política e de participarem de cargos vinculados ao governo, sendo excluídos da vida pública do país, independentemente de suas posições políticas.

Mesmo com essa proibição, com o avançar da Guerra a acusação de que os imigrantes alemães eram adeptos ao nazismo, era frequente e largamente utilizada. Em todas as colônias as denúncias principais vinculavam-se à participação de alemães nazistas em grupos secretos que conspiravam contra o regime estadonovista.

O nazismo está intimamente ligado ao discurso relativo aos alemães, já que mesmo aqueles que não eram partidários ou sequer simpatizavam com a doutrina nacional-socialista sofreram com a alcunha “nazista” e foram vítimas de perseguições durante o envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial, alterando significativamente o cotidiano desses imigrantes e da população brasileira.

A ligação equivocada de todo alemão com o partido suscitou inúmeros desentendimentos e denúncias em delegacias de polícia e gerou situações adversas para a comunidade teuta estabelecida no Brasil.⁷⁰

O Germanismo, estudado por muitos autores que se dedicaram à pesquisa dos povos germânicos é a tradução de *Deutschtum*, palavra de origem alemã que se refere a uma ideologia, como também a uma prática em que as populações de origem germânica manteriam conscientemente seus costumes, crenças, sangue e língua⁷¹. Apesar dessa orientação social e política, como também religiosa, ter ocorrido entre alguns alemães, principalmente os dirigentes dos colonos, o germanismo não foi algo completamente apropriados pelos teuto-brasileiros, e muitos menos conservado em sua dimensão total pelos descendentes alemães. O estudioso Martin Norberto Dreher, 1984, destaca que após o fim da Primeira Guerra Mundial o sentimento de injustiça contra a nação alemã foi disseminado entre os germânicos, incluindo os

⁶⁹ PROCESSO 4432, p.7.

⁷⁰ PEREIRA, Márcio José. *Op. Cit.*, 2010, p. 58.

⁷¹ GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade. UFRGS, 1991, p.32.

colonos brasileiros. A ascensão de Hitler ao poder, em 1933, modificou o sentimento desse povo que saudou fervorosamente a possibilidade de reerguimento do povo alemão. Mesmo que alguns fossem contrário a importação das questões que aconteciam na Alemanha, elas impactaram os que viviam aqui e durante a possibilidade de existência do Partido Nazista, enquanto mais um modelo ideológico da época, vários pastores da Igreja Luterana no Brasil tinham afinidade com o partido e defendiam a necessidade de difusão do *Deutschtum*, assim como a união dos sínodos existentes no Brasil à Igreja Alemã. Inclusive, essa questão pode ser vista, principalmente, na importância da juventude para esses grupos que mobilizavam os jovens em prol da conservação desse germanismo associado à fé, ao sangue e à Pátria alemã⁷².

A difusão dos ideais do germanismo, portanto, foi associada e, inclusive, amplificada pela chegada no poder de Adolf Hitler e a formulação do pensamento nazista enquanto possibilidade de reerguimento dos povos germânicos. Segundo o historiador René Gertz, 1991, essas formulações ideológicas, enquanto defesa política consciente, se concentraram principalmente nas “elites econômicas urbanas e seus aliados intelectuais”, e aqui podemos pensar nos pastores, que de certo modo, representavam a intelectualidade em muitas colônias, e, segundo o pesquisador, para o colonos, a manutenção de costumes e língua, seria mais uma questão natural pela existência quase que homogenia de teutos nas colônias que se relacionavam entre si, do que uma questão defendida pela sua potencialidade político-ideológica⁷³.

Desse modo, podemos relativizar a presença consciente do germanismo, como também do nazismo, entre os imigrantes alemães, e seus descendentes. Segundo Gertz, 1991, principalmente após 1942, as denúncias e associações de alemães com o nazismo são constantes. A imprensa, segundo o historiador, teve grande influência no imaginário social, e influenciou na ideia de que os germânicos em sua maioria seriam nazistas. É claro, que entre os que conscientemente cultivavam o germanismo, como dito, havia uma aproximação de interesses com a ascensão do nazismo, no entanto, o autor chama a atenção de que eles não eram a maioria entre os alemães existentes no Brasil e, novamente, centravam-se na elite intelectual. Segundo ele, no Rio Grande do Sul, tanto os policiais quanto os partidários aumentavam o número provável de envolvidos com o Partido Nazista, e as fontes utilizadas para afirmar esse elevado número, normalmente não se referia a eventos oficiais do partido, mas sim, a eventos proporcionados pelo Governo brasileiro⁷⁴.

⁷² DREHER, Martin N. *Op. Cit.*, 1984, p.126-149.

⁷³ GERTZ, René E. *Op. Cit.*, 1991, p.42-45.

⁷⁴ *Ibidem*, p.46-54.

Trabalhando com o Rio Grande do Sul mas em uma análise que pode ser aplicada para as demais regiões que possuíam imigrantes e descendentes alemães, Gertz, 1991, faz uma análise dos casos relacionados ao nazismo, enfatizando a ideia de que não eram referentes à coletividade teuto-brasileira, mas sim, à casos isolados e que em sua maioria ocorreram antes da proibição feita pelo Estado Novo ao partido.

(...) descobriremos que talvez a metade dos casos relatados são anteriores à implantação do estado Novo em fins de 1937, quando não eram proibidos, quando o governo brasileiro vivia uma fase de relacionamento eufórico com o regime alemão, quando o governo do estado prestigiava com grande publicidade atos e festas nazistas e germanistas. Dos fatos restantes muitos são casos típicos de manifestações culturais, (...). Somente uma parte pequena dos casos apresentados são claramente ilegais e podem ser classificados como desobediência civil. E entre esse será extremamente difícil encontrar um episódio que possa ser classificado como ação coletiva⁷⁵

Pensando no que foi tratado seguimos a análise do Processo 4432 cujo Pastor Luterano Viktor Schwaner e sua esposa foram acusados de propagandear folhetos nazistas. No dia 18 de março de 1942 foram apreendidos os livros considerados de propaganda nazista, sob a guarda de Severino José da Silva que disse terem sido entregues a ele pela esposa do Pastor Annelise Schwaner, cujos nomes são: “Alemanha sonho e nação”, de Vicente Paz Fontenla; “As coisas vão bem” (carta aberta para o senhor José Clemente escrita pelo Professor Lopes Domingues); “Inglaterra ou Alemanha” de Karl Oliveira; “Os antecedentes da guerra soviética”; “A política britânica depois de Munich” de A. P. Laurie; “Armistício 1918-1940”⁷⁶.

Seguindo as acusações, o depoimento de Walkirio Seixas de Faria faz referência a um “*grupo de propagandistas nazistas exaltados e que o chefe desse grupo era o pastor luterano, que era ainda mais exaltado*” afirmando que o germanismo entre os alemães existia na preservação dos costumes e língua dos próprios alemães⁷⁷. As acusações continuam solicitando outras testemunhas que tinham envolvimento com o Culto Luterano, Pedro Petermann, do bairro Borboleta, antiga Vila São Vicente de Paulo, e Eduardo Petermann, do bairro São Pedro, que ele chama de Colônia São Pedro. Além de haverem solicitado o depoimento do presidente do “Culto Evangélico Alemão”, Francisco Gustavo Faulhaber. Nesses depoimentos são mobilizadas fotos das igrejas do São Pedro e do Mariano Procópio, nas quais, nas fotografias referentes a igreja do Mariano Procópio, o Pastor Viktor se encontra no centro e bandeiras com a suástica estão estendidas no altar. No entanto, como é esclarecido pelo Pastor, as fotografias são antigas, sendo as da suástica, de 1934⁷⁸. Os depoentes mencionados afirmam a não feita

⁷⁵ *Ibidem*, p.49.

⁷⁶ PROCESSO 4432, 1942, p.16.

⁷⁷ PROCESSO 4432, 1942, p. 18-19.

⁷⁸ PROCESSO 4432, 1942, p. 74.

de propaganda nazista nos cultos. Há também, como forma de acusação, anexado no processo um “Manual do Integralista, fascículo 1” e um folheto do Jornal “Mensageiro Lutherano”, de 1933, do sínodo Evangélico Lutherano, jornal contrário a união dos cristãos alemães às propostas de Hitler.

Todas essas “provas” são mobilizadas na acusação contra Pastor, ou seja, os materiais enquadrados como propaganda ao nazismo, as fotografias e o Jornal Mensageiro Lutherano, mesmo que as fotografias, por exemplo, fossem referentes a um período em que o Partido não era considerado ilegal. O crime praticado pelo pastor é enquadrado como um descumprimento do decreto-lei 383, de 1938, inciso 2º do art. 2, qual seja: “*Exercer ação individual junto a compatriotas no sentido de, mediante promessa de vantagens, ou ameaça de prejuízo ou constrangimento de qualquer natureza, obter adesões a ideias ou programas de partidos políticos do país de origem.*”⁷⁹

Seguem-se novas testemunhas e todas afirmam que o casal não fazia propagandas políticas nazistas e que seguiam as determinações do governo. A audiência ocorre em 29 de agosto de 1942. A defesa argumenta não haver provas de que os acusados fizeram propaganda política e alega que a ligação da Igreja Luterana com a Alemanha não deveria ter importância visto que a Igreja Católica é ligada a Roma. No entanto, o Juiz condena Viktor Schwaner a 3 meses de prisão e ao pagamento de 7 contos e 500 mil réis, além de absolver Annelise Schwaner⁸⁰.

No documento em que a sentença é proferida há o reconhecimento de que os folhetos não são de propaganda política contrária ao regime vigente no país, mas, é dito que as ações do pastor indicam uma intromissão nas atividades públicas do Brasil indo contra, portanto, ao art. 1º do decreto-lei 383, qual seja: “*Os estrangeiros fixados no território nacional e os que nele se acham em caráter temporário não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país.*”⁸¹. Além disso, há no documento a menção que a defesa faz de estar havendo uma perseguição contra o Pastor e sua esposa, que é desconsiderada pelo inquérito como não sendo objeto do processo e escapando das possibilidades de exame “face do estado de emergência”⁸². O mandado de prisão do Pastor

⁷⁹DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 out. 2019.

⁸⁰ PROCESSO 4432, 1942, p. 99.

⁸¹DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 out. 2019.

⁸² PROCESSO 4432, 1942, p. 100-102.

Viktor é espedido em 10 de outubro de 1942 e o alvará de soltura é efetivado em 24 de dezembro de 1942⁸³.

⁸³ PROCESSO 4432, 1942, p.111 e 116.

CONCLUSÃO

O processo escolhido tem sua relevância por possibilitar as amplas análises feitas durante a pesquisa. As questões poderiam girar em torno da percepção de ser o pastor Viktor Schwaner nazista ou não, e de ter ele feito ou não propaganda nazista nos cultos e na vizinhança. No entanto, além dessas questões serem praticamente impossíveis por não contarem com documentação que sirva de evidência para as afirmações necessárias, essas não são as questões centrais que podem ser estudadas no Processo.

Entender que o nazismo, assim como, o germanismo foram ideologias mobilizadas nas acusações contra os alemães residentes no Brasil tem sua relevância a fim de compreender o grande volume de denúncias com tais justificativas. Como a denúncia ao Pastor e sua esposa. No entanto, a questão que se coloca na análise do processo, enquanto questão central, seria perceber a apropriação da população comum às ideias difundidas pela imprensa e pelo governo que colocaram os alemães enquanto inimigos comuns da pátria brasileira.

Neste processo, assim como em outros da época, uma pessoa comum fez uma denúncia, a partir de um evento cotidiano e aparentemente sem periculosidade. O fato de um cidadão brasileiro ter a ação de se envolver com uma questão política da época e atuar enquanto “fiscalizador” social, verificando se as pessoas, no caso, os estrangeiros, estariam andando de acordo com as medidas determinadas pelo Estado, demonstra o grau de envolvimento da sociedade brasileira com as medidas estadonovistas, principalmente, com as ações e argumentos enfatizados pelo governo contra os “indesejáveis” da nação.

Esse fator é uma evidência de como os vários anos de reformulações teórica com relação aos imigrantes foram ganhando espaço dentro do imaginário popular. Com o Estado Novo e as determinações autoritárias proclamadas por esse governo, principalmente através de Decretos-leis contrários aos imigrantes, regulando e controlando suas vidas sob a égide da necessidade da nacionalização e da criação de um “tipo brasileiro”, essas questões da assimilação e da negatividade do imigrante ganharam espaço social. A instauração da Segunda Guerra Mundial, e principalmente, a entrada do Brasil ao lado dos Aliados, portanto, contra o Eixo, acirraram os ânimos da população e legitimaram os argumentos do governo, seus decretos e as ações repressoras da polícia levando a população brasileira a extremos contra esses imigrantes.

As ações evidenciadas no processo como a denúncia, a investigação, a busca na casa do Pastor e sua prisão, tudo de uma forma rápida, considerando que levou menos do que um ano para a conclusão e cumprimento da pena, mostram a visão que se tinha naquele momento

do imigrante alemão. Neste caso, desconsiderando a importância social que o Pastor tinha, não só para os colonos, como também dentro da sociedade juiz-forana, sendo ele o representante maior da Igreja Luterana Alemã em Juiz de Fora. A partir de uma análise individual da situação do Pastor, buscou-se nessa pesquisa a visualização de uma conjuntura social, na qual, houve uma alteração política e ideológica do Estado que impactou fatalmente a sociedade modificando, inclusive, as relações de confiança pré-estabelecidas anteriormente ao contexto do Estado Novo.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fonte

PROCESSO 4432 - Processo Criminal contra o Pastor Luterano Viktor Schwaner e sua esposa Annelise Schwaner, 1942, 119 páginas.

Bibliografia

ARMOND, Vivian. Projeto de Lei que reconhece o Borboleta como “bairro alemão” é sancionado pelo Executivo. *Diário Regional*. 2018. Disponível em: <<https://diarioregionaldigital.com.br/2018/08/07/projeto-de-lei-que-reconhece-o-borboleta-como-bairro-alemao-e-sancionado-pelo-executivo/>> Acesso em 05 nov. 2019.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CATÁLOGO UNIÃO E INDÚSTRIA. 2016. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/arquivos/uniao-e-industria-uma-estrada-para-o-futuro>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

CIMINO, Claudia Carvalho Gaspar. *História e Memória da Ferreira Guimarães em Juiz de Fora*. Juiz de Fora (MG): Funalfa, 2018.

COUTO, Rita de Cássia Lara. *São Pedro – o coração da colônia alemã de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, Editar Editora Associada Ltda, 2018.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 out. 2019.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA. 2018. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=63136>. Acesso em 05 nov. 2019.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA. 2018. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=17369>. Acesso em 05 nov. 2019.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA. 2018. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=2182>. Acesso em 05 nov. 2019.

DREHER, Martin N. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade. UFRGS, 1991.

KOIFMAN, Fábio. *O imigrante ideal*. O ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 2012.

LISBOA, Jakeline Duque de Moraes. *Turnerschaft: Club Gymnastico Juiz de Fora (1909-1979)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011.

MAESTRINI, Alexandre Müller Hill. *Franz Hill – Diário de um Imigrante Alemão*, Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2018.

PEREIRA, Márcio José. *Politizando o cotidiano: repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial*. 2010.

PEREIRA, Rodrigo; FERREIRA, Frederico Antonio. Estado, Luteranismo e Imigração no Brasil: para além da epopeia dos primeiros pastores alemães. *Fronteiras: Revista de História*, Dourados – MS, vol. 19, n°. 34, p.159-181, jul.-dez. 2017.

RODRIGUES, Luiz Antônio Belleti. *Perseguição a estrangeiros em Juiz de Fora durante o Estado Novo: autoritarismo e repressão no contexto da Segunda Guerra Mundial*. 2017.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

SEYFERTH, Giralda. *Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo*. In: REPENSANDO o Estado Novo. Org. Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

STEPHAN, Luiz Antônio Caixeiro. *Chucrute Danças Chope e Determinação*. 2011.

VIEIRA, Bernardo da Silva. *A comunhão das artes e da natureza: as residências de Arthur Arcuri*. Juiz de Fora (MG), Funalfa, Ed. UFJF, 2016.